

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.636.415 - CE (2016/0289528-1)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
EMBARGANTE : FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO : CALÇADOS ANÍGER NORDESTE LTDA
ADVOGADOS : WALTER HUBMANN E OUTRO(S) - CE028409
YÁSKARA GIRÃO DOS SANTOS ARAÚJO - CE030993

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. RESSARCIMENTO DE CRÉDITOS ESCRITURAIS. APRECIÇÃO DO PEDIDO ADMINISTRATIVO PELO FISCO. PRAZO DE 360 DIAS PREVISTO NO ART. 24 DA LEI Nº 11.457/07. CORREÇÃO MONETÁRIA DEVIDA. TERMO INICIAL. QUESTÃO SUBMETIDA À SISTEMÁTICA DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. DECISÃO EMBARGADA TORNADA SEM EFEITO PARA DETERMINAR, *EX OFFICIO*, A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PREJUDICADOS.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração manejados pela FAZENDA NACIONAL em face de decisão de minha lavra resumida da seguinte forma:

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. VIOLAÇÃO O ART. 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. RESSARCIMENTO DE CRÉDITOS ESCRITURAIS. APRECIÇÃO DO PEDIDO ADMINISTRATIVO PELO FISCO. PRAZO DE 360 DIAS PREVISTO NO ART. 24 DA LEI Nº 11.457/07. CORREÇÃO MONETÁRIA DEVIDA. TERMO INICIAL APÓS O ESCOAMENTO DO PRAZO PARA APRECIÇÃO DO PEDIDO. ENTENDIMENTO ADOTADO PELA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ, NA ASSENTADA DE 22/2/2018, NOS AUTOS DO ERESP 1.461.607/SC. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

A embargante alega omissão em relação à inversão do ônus da sucumbência, haja vista o provimento dado do recurso especial fazendário, sobretudo porque o acórdão recorrido teria condenado a Fazenda Nacional ao pagamento de custas e honorários advocatícios.

Impugnação às fls. 473-477 e-STJ.

É o relatório. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: “*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*”.

Em que pesem as alegações da embargante, o presente feito não merece análise no momento. Explico.

É que o recurso especial discute o art. 24 da Lei nº 11.457/2007, no que tange à mora do Fisco a atrair a incidência de correção monetária sobre os créditos não aproveitados por resistência ilegítima e seu termo *a quo*, se após a fluência do prazo de 360 dias conferido pela legislação para análise do pedido administrativo de

ressarcimento/compensação ou se a data dos protocolos administrativos dos pedidos.

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na sessão eletrônica iniciada em 14/11/2018 e finalizada em 20/12/2018, decidiu afetar os Recursos Especiais n. 1.767.945/RS, n. 1.768.060/RS e n. 1.768.415/SC, selecionados pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região como representativos da controvérsia (CPC, art. 1.036, § 1º), relator Ministro Sérgio Kukina, com base no § 5º do art. 1.036 do Código de Processo Civil de 2015 e no parágrafo único do art. 256-I do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, incluído pela Emenda Regimental n. 24, de 28 de setembro de 2016.

Questão submetida a julgamento: "Definição do termo inicial da incidência de correção monetária no ressarcimento de créditos tributários escriturais: a data do protocolo do requerimento administrativo do contribuinte ou o dia seguinte ao escoamento do prazo de 360 dias previsto no art. 24 da Lei n. 11.457/2007."

Por ocasião da afetação do tema como representativo da controvérsia, foi determinada a suspensão da tramitação, em todo o território nacional, de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão afetada.

Com efeito, a admissão de recurso especial como representativo da controvérsia impõe que os recursos interpostos, que tratem da mesma questão central, fiquem suspensos até o pronunciamento definitivo deste Tribunal.

Posteriormente, tais recursos devem ter seguimento negado (na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça) ou devem ser novamente examinados pelo Tribunal de origem (na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça).

Assim, torno sem efeito a decisão de fls. 462-464 e-STJ para determinar, *ex officio*, a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após publicado o acórdão relativo ao recurso representativo da controvérsia, o recurso especial seja submetido ao procedimento acima referido, restando prejudicados os presentes embargos de declaração que discutem inversão dos ônus da sucumbência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator